

ANEXO I

Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, no Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino. As matrículas da Educação Especial constam no Anexo II.												
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
BRASIL												
Estadual Urbana	393	1.585	43.948	1.164	1.310.811	129.370	3.414.586	783.384	4.528.143	1.042.463	190.455	628.031
Estadual Rural	1.492	222	8.515	183	107.415	6.089	197.728	19.780	307.728	47.543	32.589	47.097
Municipal Urbana	910.689	1.447.101	2.878.429	411.514	6.651.707	1.189.105	3.173.929	684.216	30.744	2.382	679.338	6.641
Municipal Rural	229.667	85.821	608.730	57.496	1.417.000	317.168	805.721	214.891	4.168	537	438.394	938
Estadual e Municipal	1.142.241	1.534.729	3.539.622	470.357	9.486.933	1.641.732	7.591.964	1.702.271	4.870.783	1.092.925	1.340.776	682.707
PIAUÍ												
Estadual Urbana	0	0	0	0	933	390	14.686	9.994	49.792	47.687	14.178	25.626
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	58	141	4.613	1.978	518	999
Municipal Urbana	26.302	12.487	38.575	13.780	71.256	58.114	47.011	51.263	0	0	24.986	16
Municipal Rural	11.052	5.874	16.437	7.099	29.355	28.186	19.848	21.926	0	0	27.429	8
Estadual e Municipal	37.354	18.361	55.012	20.879	101.544	86.690	81.603	83.324	54.405	49.665	67.111	26.649
CANTO DO BURITI												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	145	75	345	186	50	166
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	41	0	32	29
Municipal Urbana	241	0	296	0	0	745	0	471	0	0	49	0
Municipal Rural	82	0	123	0	0	322	0	235	0	0	0	0
Estadual e Municipal	323	0	419	0	0	1.067	145	781	386	186	131	195

ANEXO II

Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, no Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério) e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.												
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
BRASIL												
Estadual Urbana	141	51	2.169	81	49.058	3.886	155.151	31.469	150.122	36.894	12.550	17.829
Estadual Rural	19	2	129	3	3.268	136	8.880	861	8.184	1.407	793	1.039
Municipal Urbana	33.658	35.445	122.709	17.671	345.158	41.598	190.587	27.473	1.054	240	38.488	178
Municipal Rural	4.434	1.856	14.540	1.861	54.811	10.797	39.427	8.416	85	13	10.489	17
Estadual e Municipal	38.252	37.354	139.547	19.616	452.295	56.417	394.045	68.219	159.445	38.554	62.320	19.063
PIAUÍ												
Estadual Urbana	0	0	0	0	75	15	747	408	1.310	1.204	318	542
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	3	4	101	26	6	18
Municipal Urbana	881	384	1.830	644	5.225	3.322	3.187	2.507	0	0	1.332	0
Municipal Rural	213	54	481	166	1.510	1.156	1.061	997	0	0	475	0
Estadual e Municipal	1.094	438	2.311	810	6.810	4.493	4.998	3.916	1.411	1.230	2.131	560
CANTO DO BURITI												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	4
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Municipal Urbana	12	0	16	0	0	60	0	14	0	0	1	0
Municipal Rural	1	0	3	0	0	17	0	11	0	0	0	0
Estadual e Municipal	13	0	19	0	0	77	0	25	3	0	2	4

PORTARIA Nº 808, DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Altera os Anexos I e II à Portaria MEC nº 1.047, de 27 de dezembro de 2022, que divulga os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2022, para retificar os resultados finais do município de Lassance/MG

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, no Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, e na Portaria MEC nº 316, de 4 de abril de 2007, e em cumprimento à decisão judicial expedida no âmbito do Processo Judicial nº 1004785-04.2023.4.06.3807, resolve:

Art. 1º Os Anexos I e II à Portaria MEC nº 1.047, de 27 de dezembro de 2022, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, para alterar os dados finais do Censo Escolar 2022 do município de Lassance/MG.

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput tem por fundamento a correção dos dados realizada pelo município de Lassance/MG diretamente no Banco de Dados do Sistema Educacenso.

Art. 2º Ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE compete realizar o adimplemento em caso de recálculo de valores repassados a título do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

ANEXO I

Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, no Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino. As matrículas da Educação Especial constam no Anexo II.												
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Ensino Regular									EJA		
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
BRASIL												
Estadual Urbana	398	1.544	42.482	956	1.427.825	110.795	3.673.126	666.098	4.847.783	1.082.775	254.752	689.791
Estadual Rural	1.450	97	8.358	89	113.209	4.977	210.267	16.043	304.017	45.244	34.823	43.158
Municipal Urbana	898.119	1.355.593	2.836.597	369.535	6.870.072	982.182	3.388.304	542.369	32.159	2.172	723.331	6.490
Municipal Rural	218.519	75.067	598.396	43.630	1.536.782	265.387	891.167	189.876	4.844	379	431.676	1.135
Estadual e Municipal	1.118.486	1.432.301	3.485.833	414.210	9.947.888	1.363.341	8.162.864	1.414.386	5.188.803	1.130.570	1.444.582	740.574
MINAS GERAIS												
Estadual Urbana	0	0	6	0	231.725	9.267	587.062	40.182	440.770	121.803	24.029	77.962
Estadual Rural	0	0	455	0	10.556	628	15.597	1.956	10.408	2.111	1.605	1.568
Municipal Urbana	89.466	128.797	300.351	37.703	642.009	68.933	251.089	14.619	4.160	390	30.884	983
Municipal Rural	3.136	4.313	29.328	2.302	79.442	4.709	30.421	1.339	155	0	1.219	0
Estadual e Municipal	92.602	133.110	330.140	40.005	963.732	83.537	884.169	58.096	455.493	124.304	57.737	80.513



LASSANCE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	311	0	178	149	11	52
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	0	102	0	256	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	60	0	141	0	114	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	0	162	0	397	0	425	0	178	149	11	52

ANEXO II

Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, no Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério) e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.												
Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa												
	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
BRASIL												
Estadual Urbana	83	37	1.613	46	46.669	3.226	152.723	24.657	141.266	32.953	13.467	16.058
Estadual Rural	4	1	98	0	3.084	119	8.748	680	7.188	1.137	820	702
Municipal Urbana	22.633	23.093	76.783	9.844	301.104	29.236	180.464	19.155	877	210	36.206	166
Municipal Rural	2.674	1.030	8.738	831	49.297	7.268	38.641	6.685	91	7	8.183	16
Estadual e Municipal	25.394	24.161	87.232	10.721	400.154	39.849	380.576	51.177	149.422	34.307	58.676	16.942
MINAS GERAIS												
Estadual Urbana	0	0	0	0	8.173	503	28.274	2.657	16.020	5.416	1.019	2.120
Estadual Rural	0	0	4	0	275	12	768	135	452	93	13	17
Municipal Urbana	2.597	2.439	8.441	1.290	26.039	2.615	13.121	836	100	10	1.354	9
Municipal Rural	35	41	407	44	2.202	144	1.457	54	6	0	45	0
Estadual e Municipal	2.632	2.480	8.852	1.334	36.689	3.274	43.620	3.682	16.578	5.519	2.431	2.146
LASSANCE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	9	0	6	3	0	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	2	0	5	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	0	2	0	4	0	14	0	6	3	0	0

DESPACHOS DE 16 DE AGOSTO DE 2024

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos contidos no Parecer nº 00767/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 15 de agosto de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo parcialmente o Parecer CNE/CES nº 94/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria nº 107, de 10 de maio de 2023, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso superior de Medicina, a ser oferecido pelo Centro Universitário Vale do Salgado, com sede na Rua Monsenhor Frota, nº 609, Centro, no município de Icó, no estado do Ceará, mantido pelo TCC Educação, Ciência e Cultura Ltda. - EPP, com sede no município de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, com sessenta e duas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.001911/2024-75 (e-MEC nº 202128048).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00600/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 5 de julho de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjur-MEC, homologo o Parecer CNE/CES nº 96/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria nº 460, de 1º de dezembro de 2023, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 4 de dezembro de 2023, desfavorável à autorização do curso superior de Psicologia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco - FAC-Funam, com sede à Avenida Jefferson Gitirana, nº 1.422, Bairro Cícero Passos, no município de Pirapora, no estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional Alto Médio São Francisco, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.003144/2024-39 (e-MEC nº 201931411).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00566/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 26 de junho de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjur-MEC, homologo o Parecer CNE/CES nº 85/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria nº 1.086, de 16 de dezembro de 2022, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 19 de dezembro de 2023, desfavorável à autorização do curso superior de Tecnologia em Marketing, requerido pela SVT Faculdade de Ensino Superior, com sede à Avenida Castelo Branco, nº 605, Bairro São Francisco, no município de São Luís, no estado do Maranhão, mantida pela SVT Consultores Ltda. - ME, com sede no município de Paço do Lumiar, no estado do Maranhão, conforme consta do Processo nº 00732.002977/2024-82 (e-MEC nº 202123882).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00567/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 27 de junho de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjur-MEC, homologo o Parecer CNE/CES nº 785/2023, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria nº 241, de 25 de julho de 2023, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências das Religiões, licenciatura, na modalidade a distância, que seria ministrado pela Faculdade Urci - Furci, com sede na Rua Nicarágua, nº 2.453, Bairro Bacacheri, no município de Curitiba, no estado do Paraná, mantida pelo Instituto Rose-Croix de Ensino, Pesquisa e Extensão, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.002979/2024-71 (e-MEC nº 201905520).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00549/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 24 de junho de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CES nº 101/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria nº 469, de 8 de dezembro de 2023, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 11 de dezembro de 2023, favorável à autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, com trinta e oito vagas totais anuais, a ser oferecido pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, com sede na Avenida Paris, nº 675, Bairro Jardim Piza, no município de Londrina, no estado do Paraná, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, conforme consta do Processo nº 00732.002878/2024-09 (e-MEC nº 202022583).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00557/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 24 de junho de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjur-MEC, homologo o Parecer CNE/CES nº 88/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria nº 469, de 8 de dezembro de 2023, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União -

DOU, em 11 de dezembro de 2023, desfavorável ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Psicologia, bacharelado, requerido pelo Centro Universitário de Goiás - Unigoíás, com sede à Avenida João Cândido de Oliveira, nº 115, Bairro Cidade Jardim, no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantido pela Sociedade Anhanguera de Ensino Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.002888/2024-36 (e-MEC nº 202126817).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos aduzidos no Parecer nº 00548/2024/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 23 de junho de 2024, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjur-MEC, homologo o Parecer CNE/CES nº 86/2024, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria nº 193, de 5 de julho de 2023, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Marketing, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Verbo Educacional - Verboedu, com sede à Avenida Ipiranga, nº 2.899, Bairro Jardim Carvalho, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Editora Verbo Jurídico Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.002884/2024-58 (e-MEC nº 202124540).

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA  
Ministro

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Resolução CD/FNDE nº 3, de 29 de abril de 2020, e a Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020, que estabelecem os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, inciso I, do Anexo I ao Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, e a Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º A Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. A transferência de recursos de que trata o caput do art. 15 será realizada conforme a disponibilidade financeira da Autarquia.

§ 1º Para obras e serviços de engenharia, serão seguidas as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano, priorizando a conclusão dos projetos em andamento, para garantir a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura.

§ 2º Os recursos serão transferidos mediante solicitações de desembolso, no Simec, que estarão condicionados à comprovação do avanço físico da obra, com exceção da primeira parcela.

§ 3º A primeira parcela será de 15% (quinze por cento) do valor pactuado e será efetivada após a inserção dos seguintes documentos no Simec:

- I - contrato assinado com a empresa executora;
- II - ordem de serviço; e
- III - planilha contratada.

§ 4º Para os pagamentos referentes à segunda parcela e às posteriores, são condições para a liquidação do empenho referente à respectiva parcela:

- I - atendimento das condições relacionadas no § 3º deste artigo;
- II - execução financeira de 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente; e
- III - diferença máxima de 30% (trinta por cento) entre a execução física e o valor repassado ao ente federado, durante todas as etapas da obra pactuada no termo de compromisso.” (NR)

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se às obras de todos os ciclos do Plano de Ações Articuladas - PAR.

- Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos:
  - I - o § 1º do art. 16 da Resolução CD/FNDE nº 3, de 29 de abril de 2020; e
  - II - o § 5º do art. 16 da Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020.
- Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

